UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE - FEAC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VITÓRIA GOMES BISPO

A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES GOVERNAMENTAIS DO ESTADO DE ALAGOAS QUANTO A UTILIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS POR PARTE DOS GESTORES PÚBLICOS PARA A TOMADA DE DECISÃO

Maceió/AL
2023

VITÓRIA GOMES BISPO

A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES GOVERNAMENTAIS DO ESTADO DE ALAGOAS QUANTO A UTILIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS POR PARTE DOS GESTORES PÚBLICOS PARA A TOMADA DE DECISÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, como requisito à obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Professora MSc. Erica Xavier Souza.

Maceió/AL

2023

Catalogação na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

B622p Bispo, Vitória Gomes.

A percepção dos contadores governamentais do estado de Alagoas quanto a utilização das demostrações contábeis por parte dos gestores públicos para a tomada de decisão / Vitória Gomes Bispo. – 2023.

56 f. : il.

Orientadora: Erica Xavier Souza.

Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 46-49.
Apêndices: f. 50-51.
Anexos: f. 52-56.

1. Teoria das demonstrações - Setor público. 2.Tomada de decisão. 3. Administração pública. 4. Indicadores de desempenho. I. Título.

CDU: 658.012.224(813.5)

AGRADECIMENTOS

A princípio, agradeço a Deus por estar sempre presente em meus dias, principalmente naqueles em que quis desistir. Gratidão ao senhor por me proporcionar saúde e sabedoria durante toda a graduação.

Agradeço aos meus pais, Gilvan e Gesilma, por me apoiarem a estudar e buscar o melhor para mim, sempre estando à disposição para me ajudar a atingir meus objetivos. Gratidão a minha irmã, Vivianne, por acreditar em mim, muitas vezes mais do que eu acreditei.

Aos meus amigos, em especial Ione, Luiza, Maryanne e Ruchel, que estiveram comigo na reta final, onde um segurou a mão do outro para concluirmos nossas metas. Não poderia deixar de agradecer ao meu amigo, Lucas, o qual foi me apresentado através do estágio e que me ajudou no processo da pesquisa.

Agradeço a professora Érica Xavier por aceitar minha orientação.

Agradeço àquele que esteve comigo no início de tudo, me incentivou a evoluir e não soltou minha mão em nenhum momento da trajetória. Gratidão, também, à minha orientadora que se dispôs a passar seus conhecimentos durante essa etapa para a conclusão do curso.

Gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

RESUMO

Em um contexto de evolução da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as Demonstrações Contábeis vêm progredindo e firmando sua aplicabilidade na representação do patrimônio público. O presente trabalho tem como objetivo examinar a percepção dos contadores governamentais quanto a utilização das Demonstrações Contábeis do Setor Públicos (DCASP) por parte dos Gestores Públicos durante o processo de tomada de decisão, bem como identificar quais as DCASP são as mais empregadas, de modo a ressaltar quais as demonstrações são requisitadas para o auxílio na tomada de decisão. Para atingir a finalidade deste estudo, utilizou-se a abordagem qualitativa, assim como a abordagem descritiva, realizando o levantamento dos dados através da aplicação de um questionário. Como principais resultados, comprovou-se que as demonstrações contábeis são instrumentos importantes para auxiliar os tomadores de decisão e que, entre as DCASP utilizadas, o Balanço Orçamentário é o mais requisitado.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, Tomada de decisão, Administração Pública, Indicadores de Desempenho.

ABSTRACT

In a context of evolution of Accounting Applied to the Public Sector, the Financial Statements have been progressing and establishing their applicability in the representation of public assets. The present work aims to examine the perception of government accountants regarding the use of public sector financial statements (DCASP) by public managers during the decision-making process, as well as to identify which DCASP are the most used, in order to highlight which statements are requested for assistance in decision making. To achieve the purpose of this study, we used the qualitative approach, as well as the descriptive approach, performing the data collection through the application of a questionnaire. As main results, it was proven that the financial statements are important instruments to assist decision makers and that, among the DCASP used, the Budget Balance sheet is the most requested.

Keywords: Financial Statements Applied to the Public Sector, Decision Making, Public Administration, Performance Indicators.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Etapas da DCASP acompanhadas..... 36
Gráfico 2 - Importância das DCASP na tomada de decisão..... 40
Gráfico 3 - Grau de Concordância dos Respondentes 43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Gênero dos Respondentes..... 33
Tabela 2 - Faixa Etária dos Respondentes 34
Tabela 3 - Experiência Contábil dos Respondentes 34
Tabela 4 - Vínculo Trabalhista dos Respondentes 34
Tabela 5 - Cargo Atual dos Respondentes 35
Tabela 6 - Esfera da Administração Pública 35
Tabela 7 - Etapas da DCASP acompanhadas 37
Tabela 8 - Esclarecimento de dúvidas..... 37
Tabela 9 - Indicadores Orçamentários 38
Tabela 10 - Indicadores Financeiros..... 39
Tabela 11 - Indicadores Patrimoniais 39
Tabela 12 - Percepção quanto às DCASP serem instrumento de análise efetiva para a tomada de decisão 41
Tabela 13 – Percepção quanto a utilização dos IPC na elaboração e análise das DCASP 42
Tabela 14 - Contribuição da análise das DCASP ne elaboração do Plano Plurianual, a Lei das Diretrizes e a Lei Orçamentária 42
Tabela 15 - Nível de utilização das DCASP na tomada de decisão..... 42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Levantamento bibliométrico de estudos sobre DCASP..... 17
Quadro 2 - Função das DCASP..... 20
Quadro 3 - Indicadores Orçamentários 25
Quadro 4 - Indicadores Financeiros..... 27
Quadro 5 - Indicadores Patrimoniais 28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BF - Balanço Financeiro

BO - Balanço Orçamentário

BP - Balanço Patrimonial

CASP - Contabilidade Aplicada ao Setor Público

CF - Constituição Federal

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CPC - Comitê de Pronunciamento Contábil

DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

DFC - Demonstração de Fluxo de Caixa

DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais

IPC - Instruções de Procedimentos Contábeis

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

MCASP - Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público

PPA - Plano Plurianual

RGF - Relatório de Gestão Fiscal

RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

SIAFIC - Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle

VPA - Variações Patrimoniais Aumentativas

VPD - Variações Patrimoniais Diminutivas

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO 13
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA 13
1.2 OBJETIVOS 15
1.2.1 Objetivo Geral 15
1.2.2 Objetivos Específicos 15
1.3 JUSTIFICATIVA 15
1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA 17
2.REFERENCIAL TEÓRICO 18
2.1 CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (CASP) 18
2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (DCASP) 20
2.2.1 Balanço Orçamentário 21
2.2.2 Balanço Financeiro 22
2.2.3 Demonstração das Variações Patrimoniais 22
2.2.4 Balanço Patrimonial 23
2.2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa 24
2.3 INDICADORES DE DESEMPENHO 24
2.3.1 Indicadores do Balanço Orçamentário 25
2.3.2 Indicadores do Balanço Financeiro 26
2.3.3 Indicadores do Balanço Patrimonial 28
2.4 TOMADA DE DECISÃO 28
3.METODOLOGIA CIENTÍFICA 31
3.1. TIPOLOGIA DA PESQUISA 31
3.2 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS 31
4. RESULTADOS 33
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES 33

4.2 A INFLUÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (DCASP) NA TOMADA DE DECISÃO 35
4.2.1 Os indicadores de desempenho e a utilização das DCASP 36
4.2.2 Percepção dos contadores 41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 44
REFERÊNCIAS 46
APÊNDICE A – Instrumento de Coleta dos dados 50
ANEXO I – Balanço Orçamentário 52
ANEXO II – BALANÇO FINANCEIRO 53
ANEXO III – BALANÇO PATRIMONIAL 54
ANEXO IV – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 55
ANEXO V – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA 56

1. INTRODUÇÃO

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

A história da Contabilidade Pública não é recente, pois desde o Império Romano já existia o controle do patrimônio público. Contudo, no Brasil, só deu início com a chegada da Família Real ao país, pois havia a necessidade de fiscalizar o recebimento dos recursos da coroa. (FREITAS, 2017).

Sabe-se que a Contabilidade Pública é o ramo da ciência contábil responsável por estudar, controlar, orientar e registrar os fatos e atos da administração pública, tendo como objetivo apresentar informações acerca dos resultados e dos aspectos de natureza orçamentária, financeira e física do patrimônio. (NASCIMENTO, 2013 *apud* LOPES, 2021).

Assim como no âmbito privado, no âmbito público deve-se seguir as normas e leis que regulamentam a Contabilidade, dentre elas tem-se, especialmente, a Lei de nº 4.320 de março de 1964. Esta Lei estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços do setor público.

A lei supracitada normatiza em seu art. 83 que “A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.” (BRASIL, 1964).

Desta forma, faz-se necessário realizar a Prestação de Contas da movimentação dos recursos públicos. A Prestação de Contas é um dever anual e de obrigatoriedade tanto dos administradores de órgãos e entidades do setor público quanto do Presidente da República, como foi estabelecido na Constituição Federal em seu artigo 70, § único:

> Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (BRASIL, 1988).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) complementa o artigo 70 da Constituição Federal informando que a prestação de contas deve ser feita para aqueles que dependam de seus recursos para que os serviços sejam prestados durante determinado exercício ou em longo prazo. (CFC, 2016).

Nesse processo de prestação de contas, um dos itens que a compõe são as Demonstrações Contábeis-Financeiras, tanto para comprovar que a entidade governamental está cumprindo os limites e normativos legais, como para controlar as movimentações do seu patrimônio. Entre essas demonstrações têm-se o Balanço Patrimonial (BP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) e Notas explicativas.

Ao se referir à elaboração das Demonstrações Contábeis, vale salientar que Lima e Castro (2015) *apud* Araújo (2019) afirmam que as Demonstrações Contábeis devem, além de prestar contas, auxiliar a tomada de decisão, apresentando informações fidedignas e relevantes para a atuação dos gestores diante das situações diversas.

Dessa forma, o processo de tomada de decisão baseia-se na escolha de uma dentre um conjunto de alternativas.

> [...] E cabe ao tomador de decisão reconhecer e diagnosticar a situação, gerar possibilidades, avaliá-las, selecionar a melhor opção, implementar a alternativa escolhida e avaliar os resultados. (CARAVANTES; PANNO; KLOECKNER, 2005 *apud* BERTONCINI *et al,* 2012, p. 04).

Diante do que foi afirmado pelos autores supracitados o contador está diretamente ligado à tomada de decisão, pois ele é o responsável tanto por registrar os atos e fatos ocorridos, quanto por interpretar as normas que regem a contabilidade.

Nesse processo de tomada de decisão é importante que as informações contábeis sejam relevantes e fidedignas, conforme o Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC (2019) relata, pois, outros usuários, além dos gestores, necessitam das informações, assim como na Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP - Estrutura Conceitual (CFC, 2016, p. 12):

> Os usuários dos serviços e os provedores de recursos também exigem informações como insumo para a tomada de decisão [...] os membros do legislativo ou órgão representativo semelhante, que dependem dos RCPGs para obter a informação de que necessitam, podem tomar ou influenciar as decisões sobre os objetivos da prestação do serviço dos departamentos, órgãos ou programas do governo e os recursos alocados para dar suporte à sua realização.

Esse estudo trata acerca das informações contábeis, as quais podem ser disponibilizadas através de inúmeros meios, entre eles tem as Demonstrações Contábeis que fornecem dados para a construção dos indicadores de desempenho que são utilizados para mensurar a performance das entidades, tanto da

Administração Pública, como das instituições privadas.

Nesse contexto, onde a contabilidade evidencia através das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) as informações de natureza patrimonial, orçamentária e de controle que buscam dar suporte a tomada de decisão, surge o questionamento: **Qual a percepção dos contadores governamentais quanto à utilização das Demonstrações Contábeis por parte dos Gestores Públicos para a tomada de decisão?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é verificar a percepção dos contadores governamentais quanto à utilização das Demonstrações Contábeis por parte dos Gestores Públicos pra a tomada de decisão.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para dar suporte ao objetivo geral foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

a) Evidenciar quais Demonstrações Contábeis são solicitadas no processo de tomada de decisão;
b) Verificar quais os indicadores das Demonstrações Contábeis são utilizados para o processo de tomada de decisão;
c) Mostrar a percepção dos contadores governamentais quanto à utilização das Demonstrações Contábeis por parte dos Gestores Públicos para a tomada de decisão.

1.3 JUSTIFICATIVA

Ao observar o atual contexto econômico brasileiro pode-se perceber que há uma necessidade de gerar informações que sejam fidedignas e relevantes, visto que há um aumento na exigência dos usuários ao referir-se à transparência pública. As

Normas Contábeis podem intervir no processo de gestão pública, pois é capaz de modificar a percepção da Contabilidade Pública em relação a seus elementos, fornecendo, então, as informações que auxiliam no processo de tomada de decisão. (LOPES, 2021).

Dessa maneira, a análise das Demonstrações Contábeis tem um papel fundamental no processo de fornecer informações aos administradores que lhes permitem tomar as devidas decisões, visto que a mensuração adequada das contas públicas possibilita uma visão sistemática dos bens, direitos e obrigações da instituição. (PEREIRA; TEDDO, 2013 *apud* ARAÚJO, 2019).

As informações obtidas através das DCASP podem ser alcançadas a partir da utilização dos indicadores de desempenho, os quais facilitam a verificação dos dados fornecidos nestas demonstrações.

Segundo Santos e Castro (2015, p. 10), “compreende-se que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) [...] juntamente com as demonstrações contábeis, permitem ao gestor analisar a real situação da entidade, possibilitam que ele trace estratégias e monte planos de ação, auxiliando-o, assim, na tomada de decisão.”

Então, o estudo se faz necessário, pois a utilização da análise das DCASP como ferramenta para auxiliar na tomada de decisão do gestor é importante, afinal, informações relevantes acerca da situação do órgão são apresentadas nesses demonstrativos contábeis.

Vale salientar que ao analisar as Demonstrações Contábeis, o gestor pode evitar endividamentos, elaborar o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), por exemplo. Reforçando, então, a importância da utilização das DCASP diante da tomada de decisão.

O quadro 01 apresenta um levantamento bibliométrico em Revistas da área contábil buscando identificar estudos que abordaram temática semelhante ao deste estudo, ou seja, abordou sobre a Contabilidade aplicada ao Setor Público e suas demonstrações auxiliando na Tomada de Decisão dos gestores dos Órgãos Públicos. Após o levantamento encontrou-se quatro estudos referente a temática estudada.

Quadro 1 - Levantamento bibliométrico de estudos sobre DCASP

Autor (Ano)	Objetivos	Principais achados
Oliveira, Silva e Araújo (2018)	Apresentar através de um estudo de caso qual o papel da contabilidade aplicada ao setor público no processo de tomada de decisão.	Constatou o quanto a contabilidade é fundamental na entidade dentro do processo decisório da gestão Municipal, sempre buscando subsidiar os gestores; com informações tempestivas e úteis.
Moreira *et al (2013)*	Avaliar a percepção dos gestores sobre a importância atribuída às informações contábeis e sua utilização nos negócios.	Concluiu-se que a Contabilidade é vista como mera executora das obrigações fiscais e trabalhistas, assim os gestores não percebem a importância da informação contábil constatou-se ainda que os gestores, com maior nível de formação, compreendem a relevância da Contabilidade, mas não manteriam o contador caso houvesse uma simplificação no recolhimento dos tributos.
Lima e Lima (2013)	Estender conhecimentos, com relação às diversas formas de análise econômico-financeira, para levar à decisão precisa de uma maneira bastante eficaz.	Captou-se que a análise das demonstrações financeiras é um instrumento de gerenciamento financeiro, ela possibilita a prevenção de medidas para sanar dificuldades e sugere aos tomadores de decisões uma importante ferramenta para conduzir melhor seus negócios.
Moraes e Madeira (2002)	Demonstrar como a contabilidade atua no sistema de informação gerencial.	Infere-se que a Contabilidade é a principal fonte de informações para fins de tomada de decisão.

Fonte: Elaborado pela autora, segundo pesquisa bibliográfica, 2022.

1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA

O presente trabalho está dividido em cinco segmentos: o primeiro consiste na introdução, o segundo no referencial teórico contendo três subitens - Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público com seus respectivos Indicadores de Desempenho e Tomada de Decisão; o terceiro segmento onde consta a metodologia aplicada, em seguida tem-se o quarto capítulo que apresenta os dados levantados com suas respectivas análises e resultados; por fim, o quinto e último capítulo com as considerações finais acerca da problemática em questão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, busca-se proporcionar um embasamento teórico acerca do estudo, no qual são abordados assuntos referentes à contabilidade, às demonstrações contábeis e à tomada de decisão, contextualizando, assim, a problemática abordada e apresentando discussões de outros autores acerca do tema.

2.1 CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (CASP)

A história da contabilidade pública no Brasil ocorreu no século XVIII, com a chegada da Família Real ao Brasil, o que proporcionou desenvolvimento cultural e socioeconômico com a abertura dos portos às nações amigas. (REIS E SILVA, 2007 *APUD* FÉLIX, 2013).

A consequência do desenvolvimento econômico foi o aumento dos gastos, dessa forma, surgiu a necessidade do controle dos recursos das contas públicas, então, para solucionar isto, aprovou-se o Alvará de 1808, que teve o objetivo de unificar a administração da fazenda real. (FREITAS, 2017).

De acordo com Silva *et al.* (2004) *apud* Félix (2013) a contabilidade pública se tornou forte a partir da aprovação do Alvará por D. João VI, pois ele trouxe organização para a contabilidade do Brasil que até então não existia.

A criação da Constituição Federal em 1824 estabeleceu princípios gerais da administração pública, tendo o Tesouro Nacional como responsável por executar, controlar e escriturar as receitas e as despesas. Organizando, dessa maneira, pontos que o Alvará de 1808 não conseguiu. (FÉLIX, 2013)

Félix (2013) complementa que, em 1868, a situação da contabilidade aplicada ao setor público passou por uma mudança negativa, pois foi decretada a eliminação da escrituração contábil do órgão central. Assim, houve caos na contabilidade e as suas informações passaram a ter pouca utilidade.

Com o decorrer dos anos, foi aprovado o Código da Contabilidade Pública, o qual reorganizou o sistema contábil e o orçamento da administração pública. Segundo Lock e Pigatto (2005) *apud* Félix (2013, p. 11) “o código de contabilidade pública de 1922 foi o coroamento dos esforços de organização e sistematização para se construir uma contabilidade realmente informativa.”

A organização do orçamento da contabilidade do setor público se dá com a formulação a partir do PPA, o qual “estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada". (Art. 165, § 1º, BRASIL, 1988).

Durante a evolução da contabilidade aplicada ao setor público, foi possível definir o seu objeto de estudo que é o patrimônio público e, também, seu objetivo, o qual é fornecer informações aos usuários a respeito dos resultados alcançados e em apoio ao processo de tomada de decisão.

Segundo Santos e Castro (2015, p. 04)., "a contabilidade aplicada ao setor público busca fornecer, para seus usuários, informações [...], auxiliando, assim, no controle social.” Sendo assim, a contabilidade dos órgãos públicos tem como objetivo o monitoramento social.

Ainda ao tratar sobre a contabilidade aplicada ao setor público e a cidadania, é possível perceber que a CASP, conforme Moraes *et al.* (2018) *apud* Lopes (2021, p. 20), “é um dos elementos que são instrumentos de controle e acompanhamento das ações e políticas públicas no que tange à sua correta aplicação, ética de gestão e obrigações de gestores na prestação de contas”.

Para a sociedade acompanhar e fiscalizar a correta aplicação das ações públicas é necessário que o princípio da publicidade seja garantido, então a Constituição Federal impõe que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, [...] os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.” (Art. 163-A, BRASIL, 1988).

No processo de fornecer informações, a Lei 4.320/1964 aborda que:

> Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros. (art. 85, BRASIL, 1964).

Vale salientar que na contabilidade pública só é possível fazer tudo aquilo que a legislação determina, ou seja, o gestor não possui liberdade de tomar alguma decisão além do que a lei indica. (MCASP, 2021).

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (DCASP)

O setor público possui umas particularidades muito específicas, portanto, percebe-se, que a análise das demonstrações se torna imprescindível, pois é a partir das demonstrações contábeis que o gestor consegue visualizar a real situação patrimonial, orçamentária e fiscal.

As Demonstrações Contábeis podem, conforme afirma a Norma Brasileira de Contabilidade TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, fornecer informações úteis que auxiliam a prever o nível dos recursos necessários para que as operações da entidade deem continuidade, assim como, os recursos e os riscos que podem ser gerados a partir da continuidade dessas operações, tendo assim, a função preditiva ou prospectiva. (CFC, 2022).

As DCASP possuem algumas exigências que podem ser citadas pela Lei nº 4.320/1964 em seus artigos 101 a 106, os quais abordam sobre as demonstrações que são obrigatórias dentro das organizações públicas. Onde o art. 101 dispõe que: “Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais [...]”. (BRASIL, 1964)

Os artigos 102 a 105 da Lei 4.320/64 evidenciam a função das demonstrações - Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Balanço Patrimonial. (Vide quadro 02)

Quadro 2 -Função das DCASP

Função das Demonstrações Contábeis		
Demonstração Contábil	Artigo da Lei 4.320/1964	Função da DCASP
Balanço Orçamentário	Art. 102	demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas
Balanço Financeiro	Art. 103	demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.
Demonstração das Variações Patrimoniais	Art. 104	evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial
Balanço Patrimonial	Art. 105	responsável por demonstrar o ativo financeiro e o permanente, passivo financeiro e o permanente, o saldo patrimonial e as contas de compensação

Fonte: Autoria própria com dados da Lei 4.320/1964.

2.2.1 Balanço Orçamentário

O Balanço orçamentário está previsto no art. 102 da lei 4.320/64, corresponde ao demonstrativo que evidencia as receitas e despesas orçamentárias previstas em confronto com as realizadas.

De acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário (IPC 07), o Balanço Orçamentário é responsável por apresentar as receitas divididas por categoria econômica e origem, demonstrando a previsão inicial, a receita realizada, a previsão atualizada para o exercício e o saldo, podendo apresentar o superávit ou déficit de arrecadação. (BRASIL, 2020).

Nesta Demonstração Contábil também são apresentadas as despesas, sendo evidenciada a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Segundo Guedes e Silvério (2016) *apud* Araújo (2019, p. 33), “a previsão da receita orçamentária [...] corresponde ao valor que a entidade estima arrecadar. A fixação da despesa orçamentária evidencia o limite das despesas autorizadas no orçamento público, de modo a realizar as ações da administração pública”.

O *superávit* orçamentário acontece quando a execução da receita possui valor maior que o da despesa empenhada, enquanto o *déficit* orçamentário deriva da diferença a menor dessa execução. (SILVA, 2014 *APUD*; SANTOS E CASTRO, 2015).

Vale ressaltar que o Balanço Orçamentário é elaborado de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e é classificado nas classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa). (MCASP, 2021).

Para Araújo (2019, p. 34), “a análise do Balanço Orçamentário possibilita a visualização e controle do cumprimento das determinações e especificações da LOA e apresenta indicadores que darão suporte à gestão orçamentária”.

Dessa maneira, observa-se que no processo de tomada de decisão, as informações obtidas através da análise do BO são utilizadas na gestão do orçamento, ou seja, o gestor decide como deve ser feita a utilização do capital a partir dos dados fornecido, como, por exemplo, se será necessário reduzir alguma despesa no

exercício para que a meta estipulada seja alcançada.

2.2.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) é dividido em duas seções: Ingressos que são as receitas orçamentárias e os recebimentos extraorçamentários, e Dispêndios que engloba a despesa orçamentária e os pagamentos extraorçamentários.

Diferentemente do Balanço Orçamentário, o BF é elaborado utilizando-se várias classes: ativo e passivo (classes 1 e 2) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas (classes 4 e 3) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente.

Como, também, as classes 5 (orçamento aprovado) para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício e 6 (execução do orçamento) para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária, bem como pagamento de restos a pagar. (MCASP, 2021).

O balanço financeiro tem como principal objetivo “demonstrar a execução do orçamento em função das disponibilidades dos recursos financeiros, bem como a implementação de normas para distribuição desses recursos.” (ANDRADE, 2017 *APUD* ARAUJO, 2019, p. 37).

Assim, o BF é o demonstrativo responsável por indicar o fluxo financeiro da entidade pública e sua análise dá suporte para a avaliação da gestão, observando os ingressos e dispêndios em determinado exercício, logo, gerando influência na tomada de decisões.

2.2.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

De acordo com o IPC 05 - Instruções de Procedimentos Contábeis: Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais - “o resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.” (BRASIL, 2020, p. 06).

Ao demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade, faz-se o uso das classes 3 e 4 do PCASP, as quais são tituladas como Variações

Patrimoniais Diminutivas (VPD) e Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), respectivamente.

As VPA correspondem a aumentos no patrimônio líquido, enquanto as VPD correspondem a diminuições. Conforme MCASP (2021, p. 168)., o reconhecimento das variações patrimoniais pode ocorrer da seguinte maneira: “para a variação patrimonial aumentativa, antes, depois ou no momento da arrecadação da receita orçamentária e para a variação patrimonial diminutiva, antes, depois ou no momento da liquidação da despesa orçamentária”

A partir do confronto das variações patrimoniais, obtém-se o resultado patrimonial, o qual indica superávit patrimonial, quando o total das VPA são superiores ao total das VPD, ou déficit patrimonial, que acontece no caso do total das VPD serem maiores.

O gestor, ao possuir as informações geradas pela Demonstração das Variações Patrimoniais, pode ajustar as despesas orçamentárias ou as receitas orçamentárias para que possua um resultado patrimonial diferente do exercício anterior e, assim, obter a melhor organização orçamentária para a entidade.

2.2.4 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial corresponde à demonstração contábil que, de maneira clara e objetiva, relata a situação financeira e patrimonial da entidade, considerando os ativos e passivos do patrimônio, ou seja, os bens, direitos e obrigações.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2022), a Lei nº 4.320/1964 ao separar o passivo e o ativo em duas seções, Financeiro e Permanente, dependendo ou não se está autorizado por lei ou orçamentária para realização dos itens que o compõem, traz uma tendência orçamentária ao Balanço Patrimonial.

Atualmente o Balanço Patrimonial é composto pelo: Quadro Principal; Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro das Contas de Compensação (controle); e Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

Vale salientar que “o Quadro Principal do Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP. Os ativos e passivos serão apresentados em níveis sintéticos (3º nível - Subgrupo ou 4º nível - Título).” (MCASP, 2021, p. 511).

Ao analisar o Balanço Patrimonial o gestor consegue avaliar a situação financeira e patrimonial, podendo, dessa forma, evidenciar a participação patrimonial dentro do total do resultado da entidade.

2.2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é responsável por apresentar as movimentações do caixa, sendo classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento. O somatório dos três fluxos deverá corresponder a diferença entre o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa da competência corrente e o saldo da competência anterior.

Segundo Pereira e Teddo (2013, p. 10) “o Fluxo de Caixa das atividades operacionais permite quantificar a geração de caixa ao contrastar receitas efetivas e despesas de custeio.” Pereira e Teddo (2013, p. 11) acrescentam que “o Fluxo de Caixa das atividades de investimento permite calcular a diferença entre as fontes de recursos e os desembolsos exclusivamente de investimentos.” Enquanto o Fluxo de Caixa das atividades de financiamento indica as operações de crédito e as amortizações e refinanciamentos.

A análise dessa demonstração permite que se visualize se as despesas estão sendo compatíveis com as receitas, indicando a geração líquida de caixa, a qual é encontrada a partir da compensação entre os fluxos de caixa. Sendo somada ao saldo anterior e resultando no saldo atual em caixa.

Vale destacar que as contas utilizadas para a elaboração da DFC, conforme IPC 08 - Instruções de Procedimentos Contábeis: Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, pertencem à classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento). Utilizando filtros de naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções. (BRASIL, 2020).

2.3 INDICADORES DE DESEMPENHO

As organizações devem avaliar seu desempenho, visto que esta é uma atividade essencial para garantir a sua sobrevivência. A avaliação é feita conforme os objetivos e as metas da entidade, ou seja, para avaliar o desempenho da organização é necessário observar o que ela está buscando. (NASCIMENTO *et al.* (2011) *apud*

JACINTHO e KROENKE (2021))

Apesar de haver diferentes modos de avaliar o desempenho de uma empresa, os métodos utilizados devem ter base nas demonstrações contábeis, as quais fornecem informações úteis e fidedignas a seus usuários.

Pois, conforme Hoji (2010, p. 279) *apud* Pereira e Teddo (2013, p. 07) “a técnica de análise por meio de índices consiste em relacionar contas e grupos de contas para extrair conclusões sobre tendências e situação econômica e financeira da empresa”. Por meio da análise dos índices é possível avaliar melhor os balanços, tornando cada vez mais importante esse tipo de análise para as instituições, inclusive as do Setor Público.

Segundo Carmo (2013, p. 27), “a análise dos indicadores econômico-financeiros é a técnica mais utilizada no processo de análise financeira de uma empresa. Este método possibilita o estudo da evolução da situação econômico-financeira de uma empresa [...]”

As entidades públicas, assim como as empresas privadas, avaliam o seu desempenho, o qual pode ser dado através, principalmente, da análise dos Indicadores do Balanço Orçamentário, Indicadores do Balanço Financeiro e dos Indicadores do Balanço Patrimonial.

2.3.1 Indicadores do Balanço Orçamentário

Ao analisar o Balanço Orçamentário, os entes públicos possuem, para auxiliar na tomada de decisão, alguns quocientes orçamentários os quais são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 3 - Indicadores Orçamentários

Indicadores Orçamentários	
Quociente de Execução da Receita	Receita Executada / Receita Prevista
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	Despesa Fixada / Receita Prevista
Quociente de Cobertura dos Créditos Adicionais	Excesso de Arrecadação / Créditos Adicionais Abertos
Quociente da Execução da Despesa	Despesa Executada / Despesa Fixada
Quociente do Resultado Orçamentário	Receita Executada / Despesa Executada

Fonte: Coelho e Quintana (2008)

O quociente de execução da receita revela o comportamento da receita orçamentária, seu resultado deverá ser igual ou maior que 1 para que seja compreendido como situação favorável para a entidade, visto que, ao atingir esse valor, haverá a indicação de que a previsão orçamentária realizada pelo gestor foi alcançada, demonstrando um processo de tomada de decisão eficiente.

O indicador do equilíbrio orçamentário segundo Kohama (2000, p. 146) *apud* Coelho e Quintana (2008, p. 5)

> Deve demonstrar quanto a despesa fixada é maior do que a Receita Prevista, pois revelará também o quanto foi aberto de Crédito Adicional, e o resultado normal será 1 ou pouco maior do que 1. Caso seja menor do que 1, a tendência é de considerá-lo normal, entretanto, deverá ser uma hipótese, na atualidade, atípica, que precisa ser verificada.

Já o quociente de execução da despesa demonstra que o resultado adequado será menor que 1, o qual representará uma economia orçamentária, salienta-se que o valor encontrado não poderá ser maior que 1, pois indicaria a despesa está sendo executada sem a devida previsão. (ARAÚJO, 2019),

2.3.2 Indicadores do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, ao ser analisado, tem o auxílio de vários quocientes financeiros, alguns estudiosos consideram que são sete principais indicadores, como exemplificado no quadro abaixo. Porém, tem-se, também, aqueles que destacam apenas quatro, como, por exemplo, Resende, Gomes e Leroy (2016) *apud* Lopes (2021) que citam os seguintes quocientes: financeiro real da execução orçamentária; da execução orçamentária corrente; da execução orçamentária de capital; e do resultado da execução financeira.

Quadro 4 - Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	
Quociente da Execução Orçamentária	Receita Orçamentária / Despesa Orçamentária
Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Orçamentária / Despesa Orçamentária Paga
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	Receita Corrente / Despesa Corrente
Quociente da Execução Orçamentária de Capital	Receita Capital / Despesa Capital
Quociente da Execução Extra-Orçamentária	Receita Extra-Orçamentária / Despesa Extra-Orçamentária
Quociente do Resultado da Execução Financeira	Receita (Orçamentária + Extra-Orçamentária) / Despesa (Orçamentária + Extra-Orçamentária)
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo que passa para o exercício seguinte / Saldo do exercício anterior

Fonte: Coelho e Quintana (2008)

O quociente financeiro real da execução orçamentária demonstra a relação entre a receita orçamentária e a despesa empenhada e paga, espelhando o quanto de receita representa para pagamento da despesa. Segundo Costa (2018, p. 07) este indicador “representa a proporção entre a receita orçamentária recebida e a despesa orçamentária paga [...]. O resultado desse quociente deve ser considerado normal se igual a 1. Se maior que 1 é considerado bom.”

O indicador da execução orçamentária corrente é utilizado na verificação das receitas correntes quanto à sua suficiência em cobrir as despesas correntes. (SANTOS E ANDRADE, 2013). Enquanto o indicador da execução orçamentária de capital, conforme Santos e Andrade (2013, p. 27), “possui a função de verificar quanto da receita de capital recebida foi comprometida com o pagamento de despesas de capital.”

Se o valor calculado para ambos os quocientes for igual a 1, indicará que existe um equilíbrio entre as receitas e despesas. Ao encontrar valor maior que 1, entende-se que a receita arrecadada é superior que a despesa, havendo, assim, um *superávit*. Caso contrário, o resultado indicará que há um *déficit.*

O quociente do resultado da execução financeira relaciona a receita orçamentária e extra-orçamentária com a despesa orçamentária e extra-orçamentária, o resultado esperado é que seja maior ou, pelo menos, igual a 1, porque indica que

as receitas foram maiores ou, pelo menos, iguais às despesas.

2.3.3 Indicadores do Balanço Patrimonial

Ao tratar da análise do Balanço Patrimonial, é possível utilizar três quocientes para auxiliar no processo de tomada de decisão, são eles (quadro 05):

Quadro 5 - Indicadores Patrimoniais

Indicadores Patrimoniais	
Quociente da Situação Financeira	Ativo Financeiro / Passivo Financeiro
Quociente da Situação Permanente	Ativo Permanente / Passivo Permanente
Quociente do Resultado Patrimonial	Soma do Ativo Real / Soma do Passivo Real

Fonte: Coelho e Quintana (2008)

O quociente da situação financeira relaciona o ativo financeiro e o passivo financeiro, o qual é utilizado para verificar a existência ou não de um superávit. Para Lima e Castro (2015) *apud* Araújo (2019) o indicador apresentará um resultado normal se seu valor for igual ou maior que 1, neste último há a indicação que há um excesso de recursos financeiros.

No indicador da situação permanente será demonstrado a relação entre o ativo permanente e o passivo permanente. o resultado esperado desse quociente é que seja igual ou maior do que 1. (COELHO E QUINTANA, 2008).

O valor esperado, obtido a partir do quociente do resultado patrimonial, é maior que 1 ou pelo menos igual a 1, se o confronto entre a soma do ativo real e a soma do passivo real resultar em um valor menor que 1, este indicará que existe um passivo a descoberto.

2.4 TOMADA DE DECISÃO

A expressão tomada de decisão foi utilizada pela primeira vez para substituir descrições limitadas, como, por exemplo, alocação de recurso, ao utilizar um termo amplo as organizações conseguem escolher entre inúmeras alternativas e os gestores

conseguem desenvolver várias atividades, como determinar as metas da organização, quais produtos ou serviços oferecer, determinar o cronograma de produção, selecionar os novos funcionários e decidir os aumentos salariais, entre outras decisões, cada uma delas é resultante de um conjunto de fatores que faz com que o gestor escolha a melhor opção.

Para Robbins (2009, p. 111) “a tomada de decisão ocorre em reação a um problema”. Ele ressalta que o problema depende da percepção de quem o identifica, pois “o que é um problema para uma pessoa pode ser um estado satisfatório para outra”.

Já Maximiano (2000) *apud* Krom *et al.* (2008, p. 1), “decisão é a escolha que as pessoas fazem para enfrentar problemas e aproveitar oportunidades, considerando problema uma situação que provoca frustração, irritação, estresse ou desafio, e oportunidade, uma situação que cria interesse e sensação de desafio por causa da expectativa de recompensa"

Segundo Drucker (1998) *apud* Krom *et al.* (2008, p.1), “decidir é julgar, é escolher entre alternativas; raramente é escolher entre o certo e o errado; quando muito é uma escolha entre o ‘quase certo’ e o provavelmente errado – mas na maioria das vezes é uma escolha entre dois rumos a seguir, nenhum dos quais encontrando-se provavelmente mais próximo do que o outro”

Complementando as citações, o Simon (1963) *apud* Moritz e Pereira (2015, p. 35), comenta que “a tomada de decisão é um processo de análise e escolha entre várias alternativas disponíveis do curso de ação que a pessoa deverá seguir.”

Vale salientar que a tomada de decisão é um processo intuitivo, pois é gerado pelas experiências que foram vividas. Portanto, é importante entender que a tomada de decisão se torna um fator de relevante para que o órgão público cumpra a sua função de forma eficiente e eficaz, atendendo seu principal usuário de forma satisfatória, cabendo ao gestor desempenhar o papel de tomador de decisões. (ROBBINS, 2009).

Diante das atribuições do gestor público, é evidente que “contar com informações que o auxiliem nos processos de tomada de decisão é primordial”. (LOPES, 2021, p. 30). As informações que o gestor necessita para embasar suas escolhas são elaboradas pela contabilidade através das demonstrações contábeis. (ULBRA, 2009 *apud* SANTOS E CASTRO, 2015).

Dessa maneira, Pereira e Teddo (2013) confirmam que a análise das

demonstrações contábeis permite que o administrador tome decisões assertivas, devido a organização do patrimônio em contas que permite a visualização dos bens, direitos e obrigações da entidade gerida por ele.

3. METODOLOGIA CIENTÍFICA

Neste capítulo serão apresentadas as descrições referentes aos procedimentos metodológicos deste estudo, o tipo da pesquisa, a amostra, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos de análise dos dados coletados. O método de estudo utilizado neste trabalho foi à pesquisa quanto a natureza é a pesquisa qualitativa onde se prevê a análise dos dados abordados através da hermenêutica, ou seja, a interpretação dos dados pesquisados, possibilitando a compreensão do assunto abordado.

3.1. TIPOLOGIA DA PESQUISA

Baseado nos ensinamentos de Prodanov e Freitas (2013) *apud* Lopes (2021), a pesquisa quantitativa traz em números as informações coletadas e requer o uso de técnicas como, por exemplo, estatísticas.

Quanto ao seu objetivo, essa pesquisa é classificada como descritiva, por descrever a percepção dos contadores públicos diante da influência das Demonstrações Contábeis sobre a tomada de decisão.

Segundo Gil (2008) *apud* Monteiro; Leitão (2019), as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno ou, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis. Para este autor, as pesquisas descritivas observam opiniões e crenças de um grupo.

3.2 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Para alcançar o objetivo, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário confeccionado através da ferramenta *Google* Formulários, contendo dois blocos, onde, o primeiro bloco buscou identificar o perfil do profissional. Já o segundo buscou abordar sobre às demonstrações contábeis e sua utilização no auxílio da tomada de decisão.

No primeiro bloco a identificação do perfil foi alcançada por meio dos dados referentes à idade, gênero, tempo de experiência, vínculo trabalhista, cargo e esfera que atua.

Enquanto os dados referentes ao segundo bloco foram auferidos através de sentença as quais os profissionais podiam concordar ou discordar, questões que indicavam o grau de importância de cada demonstrativo e a sua utilização diante do processo decisório.

O *link* do questionário foi enviado, por *e-mail,* a 20 (vinte) profissionais contábeis que atuam no âmbito governamental, dentre eles, podem-se computar um total de 12 (doze) respondentes.

Dessa maneira, realizou-se uma comparação dos dados coletados, examinando-os para a construção de uma justificativa. E, também, utilizaram-se dados de outros autores que abordaram acerca do mesmo assunto deste estudo com a finalidade de referenciar e validar as informações obtidas.

4. RESULTADOS

Para obtenção dos objetivos deste estudo, neste capítulo serão expostos e discutidos os resultados alcançados acerca da influência da análise das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público no processo de tomada de decisão por parte dos gestores públicos.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

A princípio realizou-se o levantamento do perfil dos respondentes. Dessa maneira, apoiado nos 12 (doze) contadores entrevistados, foram elaboradas 6 (seis) tabelas que apresentam os resultados das variáveis de gênero, faixa etária, tempo de experiência, vínculo trabalhista, cargo atual e esfera da administração pública que atua.

Na primeira tabela percebe-se que a maioria dos respondentes são do gênero masculino (75,00%), esses dados se distanciam um pouco do levantamento realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (2022), o qual demonstra que mesmo sendo maioria (56,87%), a diferença entre os gêneros é menos expressiva devido ao aumento da atuação do gênero feminino (43,13%) conforme informações do CFC dos últimos 2 (dois) anos diante do mercado contábil.

Tabela 1 - Gênero dos Respondentes

Gênero	Quantidade	%
Masculino	9,00	75,00%
Feminino	3,00	25,00%
Total	12,00	100,00%

/

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

Em relação à faixa etária, observa-se que metade da amostra possui idade entre 18 e 33 anos, enquanto 41,67% encontram-se na faixa de 34 a 49 anos. Esses dados se assemelham ao estudo de Monteiro e Leitão (2019), o qual demonstra que a maioria dos respondentes se encontram na faixa etária de 31 a 40 anos (76,47%). Dessa forma, pode-se notar que o maior número de contadores respondentes possui idade inferior a 50 anos.

Tabela 2 - Faixa Etária dos Respondentes

Faixa Etária	Quantidade	%
18 a 33 anos	6,00	50,00%
34 a 49 anos	5,00	41,67%
50 a 65 anos	1,00	8,33%
Acima de 65 anos	0,00	0,00%
Total	12,00	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

No que tange ao tempo de experiência contábil, mais precisamente no âmbito governamental, tem-se que os respondentes com prática menor que 5 anos é a mesma quantidade dos que possuem experiência entre 6 e 15 anos (41,67%). (vide tabela 3)

Da mesma forma, Lopes (2021) demonstrou que, em relação à experiência dos contadores e dos gestores, os dados apontaram que 62,50% de seus respondentes contadores possuem entre 6 a 10 anos de prática na área contábil.

Tabela 3 - Experiência Contábil dos Respondentes

Experiência Contábil	Quantidade	%
Menos de 5 anos	5,00	41,67%
Entre 6 e 15 anos	5,00	41,67%
Mais de 15 anos	2,00	16,67%
Total	12,00	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

Em relação ao vínculo trabalhista, verifica-se que entre os respondentes, a quantidade de efetivos totaliza metade da amostra, enquanto os que possuem cargo de comissão equivalem a 33,33% da amostra analisada. Sendo assim, os vínculos trabalhistas de maior presença na pesquisa são efetivos e comissionados.

Tabela 4 - Vínculo Trabalhista dos Respondentes

Vínculo Trabalhista	Quantidade	%
Efetivo	6,00	50,00%
Comissionado	4,00	33,33%
Contrato Temporário	1,00	8,33%
Terceirizado	1,00	8,33%
Total	12,00	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

No que se refere ao cargo atual dos entrevistados, pode-se notar que a maioria dos resultados compete ao cargo de contador da entidade (33,33%). Em contrapartida, observa-se que em relação ao cargo de auditor, não há respondente ocupando o cargo. Já em relação aos outros cargos (ver tabela 5) há um equilíbrio nas respostas, visto que há uma variação de 8,33% a 16,67%.

Tabela 5 - Cargo Atual dos Respondentes

Cargo Atual	Quantidade	%
Diretor	2,00	16,67%
Contador	4,00	33,33%
Assistente	2,00	16,67%
Auditor	0,00	0,00%
Analista	1,00	8,33%
Consultor	1,00	8,33%
Assessor	2,00	16,67%
Total	12,00	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

Por fim, a respeito das características dos entrevistados, é observado que a maioria atua na esfera Estadual da Administração Pública (83,33%). Enquanto apenas 8,33% dos questionados fazem parte da esfera Municipal, assim como da Federal. (Vide tabela 6)

Tabela 6 - Esfera da Administração Pública

Esfera da Aministração Pública	Quantidade	%
Municipal	1,00	8,33%
Estadual	10,00	83,33%
Federal	1,00	8,33%
Total	12,00	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

4.2 A INFLUÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (DCASP) NA TOMADA DE DECISÃO

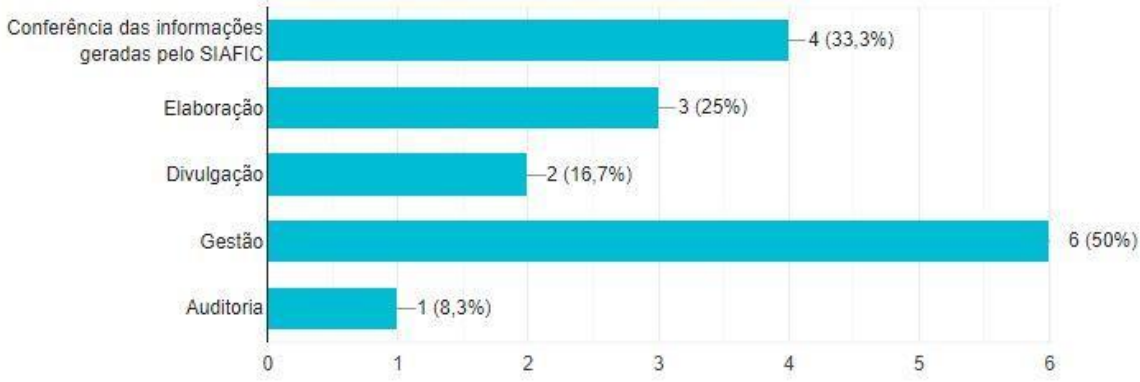
Esta parte do estudo demonstra a percepção dos contadores acerca da influência das DCASP no processo de tomada de decisão, esta etapa divide-se em

dois blocos, o primeiro aponta a utilização dos indicadores de desempenho na análise das demonstrações contábeis, enquanto o segundo bloco traz a percepção dos contadores diante da aplicação da análise das DCASP na tomada de decisão dos gestores.

4.2.1 Os indicadores de desempenho e a utilização das DCASP

Esta seção apresenta o resultado obtido quanto aos indicadores de desempenho e do uso das DCASP, de início, buscou-se identificar quais as etapas das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público são acompanhadas pelos entrevistados, dessa forma, elaborou-se o gráfico abaixo contendo a relação das respostas com o total dos 12 respondentes.

Gráfico 1 - Etapas da DCASP acompanhadas



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

Observando o gráfico 1, verifica-se que 06 (seis) dos respondentes da amostragem acompanham a etapa de gestão das demonstrações contábeis. Porém, ao analisar a tabela 7, a seguir, que traz informações apenas a respeito das variáveis utilizadas, nota-se que a etapa de gestão totaliza 37,50%.

Tabela 7 - Etapas da DCASP acompanhadas

Proposição	Variáveis	Quantidade	%
Acompanha quais etapas das DCASP?	Conferência das informações geradas pelo SIAFIC	4,00	25,00%
	Elaboração	3,00	18,75%
	Divulgação	2,00	12,50%
	Gestão	6,00	37,50%
	Auditoria	1,00	6,25%
	Total	16,00	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

Na tabela 7, pode-se observar, ainda, que a etapa de conferência das informações geradas pelo Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC) apresenta quantidade expressiva de respostas (25,00%). Além disso, foi demonstrado que 6,25% da amostra acompanha a fase de auditoria, mesmo não havendo auditores na amostragem.

Ainda a respeito do uso das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, foi questionado aos respondentes se já esclareceram alguma dúvida acerca das DCASP.

Tabela 8 - Esclarecimento de dúvidas

Proposição	Variáveis	Quantidade	%
Já esclareceu dúvidas acerca das DCASP para algum gestor diante da tomada de decisão?	Sim	9,00	75,00%
	Não	3,00	25,00%
	Total	12,00	100,00%
Em qual nível hierárquico?	Nível Estratégico (longo prazo)	6,00	50,00%
	Nível Tático (médio prazo)	5,00	41,67%
	Nível Operacional (curto prazo)	1,00	8,33%
	Total	12,00	100,00%
Em qual necessidade você o auxiliou?	Relacionada a Recursos Humanos	2,00	13,33%
	Relacionada ao Planejamento Financeiro	4,00	26,67%
	Relacionada a Execução Orçamentária	7,00	46,67%
	Relacionada a Investimentos	2,00	13,33%
	Total	15,00	100,00%
Já esclareceu dúvidas acerca das DCASP para algum membro da comunidade?	Sim	5,00	41,67%
	Não	7,00	58,33%
	Total	12,00	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

Entre os 12 (doze) entrevistados, a maioria (75,00%) afirmou que diante da tomada de decisão já explicou aos gestores os dados apresentados nas DCASP, enquanto ao esclarecimento de dúvidas da comunidade frente às DCASP, os respondentes declararam, em sua maior parte (58,33%), que não houve necessidade de tirar dúvida de algum membro da comunidade.

Em relação ao nível hierárquico quanto às dúvidas esclarecidas, metade dos contadores respondeu que as questões dos gestores se referiram ao nível estratégico. Para Iudícibus (1994) *apud* Silva, Ferreira e dos Santos (2007) a grande dificuldade para o sistema gerencial incluir o planejamento estratégico é o fato dos resultados e objetivos não serem facilmente mensuráveis em unidades monetárias. Dessa forma, diante da tomada de decisão é importante a participação do contador no auxílio do processo à nível estratégico.

Quanto à necessidade do administrador público, os respondentes manifestaram que a ajuda foi relacionada à execução orçamentária (46,67%). Segundo Oliveira, Silva e Araújo (2017, p. 51) “A contabilidade é fundamental na elaboração dos relatórios que apresentam o cumprimento dos percentuais mínimos estabelecidos na aplicabilidade dos recursos próprios destinados às despesas fundamentais numa gestão [...].”.

Logo, o auxílio dos contadores diante do esclarecimento de dúvidas acerca da execução orçamentária pode se referir ao controle dos relatórios que contêm informações que subsidiem os gestores frente aos aspectos gerenciais.

A seguir será apresentado a utilização dos indicadores de desempenho pelos respondentes e quais os quocientes que são analisados no processo de tomada de decisão. Dessa forma, foram elaboradas 3 (três) tabelas, as quais demonstram os dados referentes aos indicadores orçamentários, financeiros e patrimoniais.

Tabela 9 - Indicadores Orçamentários

Proposição	Variáveis	Quantidade	%
Ao analisar as Demonstrações Contábeis, os indicadores orçamentários são considerados?	Sim	11,00	91,67%
	Não	1,00	8,33%
	Total	12,00	100,00%
Quais indicadores orçamentários utilizados?	Quoc. De Execução da Receita	6,00	21,43%
	Quoc. de Equilíbrio Orçamentário	8,00	28,57%
	Quoc. de Execução da Despesa	10,00	35,71%
	Quoc. do Resultado Orçamentário	4,00	14,29%
	Total	28,00	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

No que diz respeito ao emprego dos indicadores orçamentários, 91,67% dos respondentes afirmaram que utilizam este indicador diante do processo de tomada de decisão. Dentre eles, 35,71% fazem uso do Quociente de Execução da Despesa e 28,57% do Quociente de Equilíbrio Orçamentário.

Tabela 10 - Indicadores Financeiros

Proposição	Variáveis	Quantidade	%
Ao analisar as Demonstrações Contábeis, os indicadores financeiros são considerados?	Sim	10,00	83,33%
	Não	2,00	16,67%
	Total	12,00	100,00%
Quais indicadores financeiros utilizados?	Quoc. da Execução Orçamentária	10,00	35,71%
	Quoc. Financeiro Real da Execução Orçamentário	5,00	17,86%
	Quoc. da Execução Orçamentária Corrente	7,00	25,00%
	Quoc. da Execução Orçamentária de Capital	6,00	21,43%
	Total	28,00	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

Quanto aos indicadores financeiros, o aproveitamento frente a análise das DCASP é de 83,33%. Neste cenário, pode-se notar que os Quocientes mais observados pelos contadores são: Quociente da Execução Orçamentária e Quociente da Execução Orçamentária Corrente, o primeiro com um total de 35,71% e o segundo com 25,00%.

Tabela 11 - Indicadores Patrimoniais

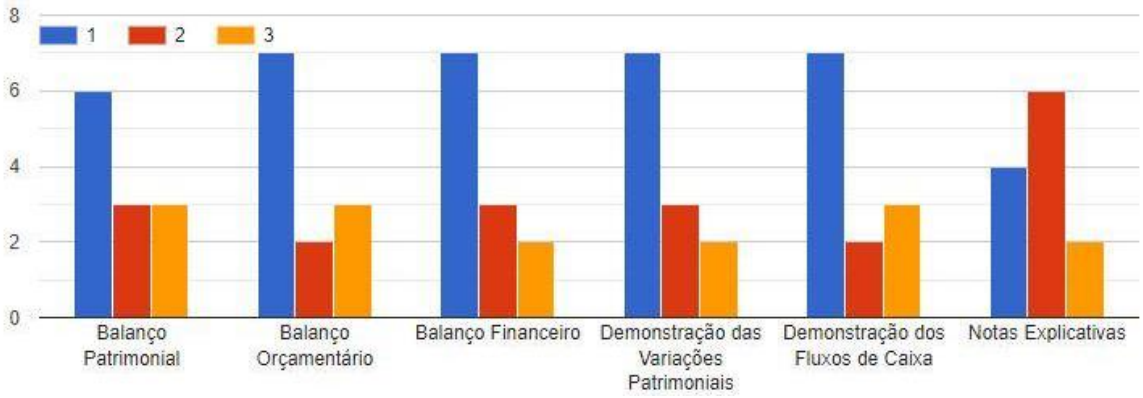
Proposição	Variáveis	Quantidade	%
Ao analisar as Demonstrações Contábeis, os indicadores patrimoniais são considerados?	Sim	10,00	83,33%
	Não	2,00	16,67%
	Total	12,00	100,00%
Quais indicadores patrimoniais utilizados?	Quoc. da Situação Financeira	6,00	21,43%
	Quoc. da Situação Permanente	8,00	28,57%
	Quoc. do Dispêndio da Dívida	10,00	35,71%
	Quoc. do Resultado Patrimonial	4,00	14,29%
	Total	28,00	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

Ao referir-se aos indicadores patrimoniais, é obtido um total de 83,33% de utilização no processo de tomada de decisão. Percebe-se que 35,00% dos respondentes consideram, em suas análises, o Quociente da Situação Financeira. E 30,00% dos contadores afirmam que o Quociente do Resultado Patrimonial faz parte do exame das DCASP.

A respeito da importância das Demonstrações Contábeis no auxílio do processo de tomada de decisão foi desenvolvido o gráfico a seguir através do Google Formulários, onde, o número 1 indica que a DCASP é considerada muito importante, 2 tem valor importante e o 3 representa que é pouco importante.

Gráfico 2 - Importância das DCASP na tomada de decisão.



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

Percebe-se que o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, a Demonstração das Variações Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa possuem a mesma importância na visão dos entrevistados, totalizando 7 respostas na opção “muito importante” em cada demonstração contábil. Nesse gráfico, ainda pode-se notar que as Notas Explicativas são consideradas como “importante” em sua maioria, totalizando 50% das respostas a respeito de sua importância.

Analisando o gráfico 2, observa-se, também, que uma pequena parcela dos resultados indica que a utilização das DCASP diante da tomada de decisão possui pouca importância. Porém, vale ressaltar que, as demonstrações contábeis apresentadas foram consideradas, em sua maioria, muito importantes frente ao processo de tomada de decisão.

4.2.2 Percepção dos contadores

Este bloco traz informações acerca da percepção dos contadores diante da análise das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

A tabela 12 evidencia que dos contadores que responderam a pesquisa, 58,33% concordam totalmente que as DCASP são instrumentos de análise efetiva que antecedem a tomada de decisão, enquanto 33,33% apenas concordam, dessa forma, totalizam 91,67% dos respondentes. Mesmo com a maioria concordando sobre a efetividade do uso da análise das demonstrações, chama atenção que um dos respondentes se manteve “neutro” com a afirmativa.

Tabela 12 - Percepção quanto às DCASP serem instrumento de análise efetiva para a tomada de decisão

Proposição	Variáveis	Quantidade	%
A respeito das Demonstrações Contábeis, opine: são instrumentos de análise efetiva que antecedem a tomada de decisão.	Discordo Totalmente	0,00	0,00%
	Discordo	0,00	0,00%
	Neutro	1,00	8,33%
	Concordo	4,00	33,33%
	Concordo Totalmente	7,00	58,33%
	Total	12,00	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

Lopes (2021), em sua pesquisa equiparável a esta, observa que todos os seus respondentes concordam com a efetividade do uso das DCASP no processo de tomada de decisão, porém nota que a maioria não concorda “totalmente” com a assertiva, dessa maneira, ressalta que “as informações [...] são base para a análise e, se não são fidedignas, tempestivas e materiais, não podem ser efetivas.”.

Buscou-se saber quanto a percepção dos respondentes quanto a utilização das Instruções de Procedimentos Contábeis na elaboração e análise das DCASP, de acordo com a tabela 13 verifica-se que é considerada muito importante, totalizando 58,33% das opiniões das respostas.

Tabela 13 – Percepção quanto a utilização dos IPC na elaboração e análise das DCASP

Proposição	Variáveis	Quantidade	%
Na sua concepção, qual a importância da utilização das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) na elaboração e análise das DCASP?	Muito Importante	7,00	58,33%
	Importante	5,00	41,67%
	Pouco Importante	0,00	0,00%
	Total	12,00	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

De acordo com a tabela 14, observa-se que 11 (91,6%) respondentes concordam que a análise das Demonstrações Contábeis contribui diretamente para elaborar o Plano Plurianual, a Lei das Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Tabela 14 - Contribuição da análise das DCASP ne elaboração do Plano Plurianual, a Lei das Diretrizes e a Lei Orçamentária

Proposição	Variáveis	Quantidade	%
A análise das DCASP contribui diretamente para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA)?	Sim	11,00	91,67%
	Não	1,00	8,33%
	Total	12,00	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

Entre as diversas informações apresentadas na tabela 15, ainda pode-se citar que o nível de utilização das DCASP no processo de tomada de decisão é frequente conforme opinião, totalizando 75% das respostas.

Observa-se, ainda, que 16,67% dos respondentes indicaram que discordam que as DCASP são frequentemente utilizadas no processo decisório.

Tabela 15 - Nível de utilização das DCASP na tomada de decisão

Proposição	Variáveis	Quantidade	%
A respeito das Demonstrações Contábeis, opine: o nível de utilização das DCASP na tomada de decisão é frequente.	Discordo Totalmente	0,00	0,00%
	Discordo	2,00	16,67%
	Neutro	1,00	8,33%
	Concordo	7,00	58,33%
	Concordo Totalmente	2,00	16,67%
	Total	12,00	100,00%

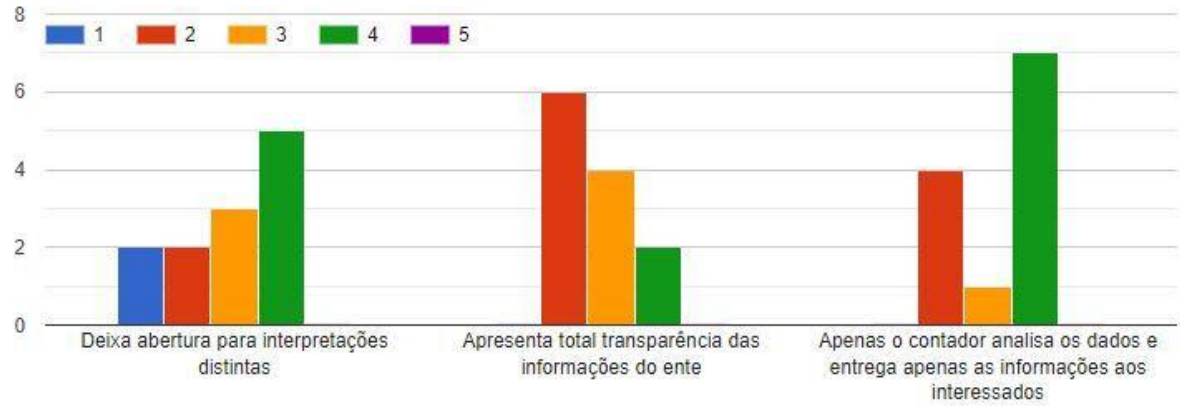
Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

Conforme julgamento dos contadores acerca do grau de concordância em relação às proposições sugeridas, foi elaborado o gráfico n. 3, onde a cor azul

corresponde a “concordo totalmente”, a cor vermelha indica “concordo”, a cor laranja refere-se a opção “neutro”, enquanto o verde demonstra a discordância com a proposição em questão.

Percebe-se, ao analisar o gráfico 3, que os respondentes discordam em sua maioria das proposições “Deixa abertura para interpretações distintas” e “Apenas o contador analisa os dados e entrega as informações aos interessados”, enquanto analisando a proposição “Apresenta total transparência das informações do ente”, nota-se que há um maior número de acordo com o afirmado, totalizando 6 votos na opção “concordo”.

Gráfico 3 - Grau de Concordância dos Respondentes



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora, 2022.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é importante para gerar informações úteis e fidedignas para a sociedade, não devendo ficar limitada à prestação de contas dos entes públicos. Ela deve apresentar seus demonstrativos financeiros de maneira transparente para que a população possa compreender as atividades de suas autoridades públicas.

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis do setor público é importante que se realize a análise dos dados obtidos para que, assim, obtenham-se informações capazes de evidenciar a situação do patrimônio público, auxiliando na tomada de decisão por parte dos gestores e controle social.

O presente estudo teve como objetivo geral verificar a percepção dos contadores governamentais quanto à utilização das DCASP na tomada de decisão por parte dos Gestores Públicos, aplicou-se questionário entre contadores, ressalta-se que houve dificuldade para obtenção das respostas, devido a pouca disponibilidade de alguns respondentes.

O primeiro objetivo específico foi evidenciar quais demonstrações contábeis são solicitadas no processo de tomada de decisão e observou-se que o balanço orçamentário, o balanço financeiro e a demonstração dos fluxos de caixa são as principais requisitadas entre os respondentes.

O segundo objetivo específico deteve-se em verificar quais os indicadores das demonstrações contábeis são utilizados para o processo de tomada de decisão e se notou que, em uma visão geral, o quociente da execução orçamentária é o mais utilizado pelos contadores e gestores.

O último objetivo específico visou analisar a percepção do gestor diante da utilização das demonstrações contábeis e verificou-se que se faz necessária a geração de informações a partir das demonstrações contábeis para o processo de tomada de decisão.

Assim, vê-se que o objetivo deste trabalho foi atingido, tanto pela constatação que durante o processo de tomada de decisão dos gestores conta com o auxílio das informações contábeis, principalmente, em questões orçamentárias e financeiras, como também pelo fato de que as informações geradas a partir do balanço patrimonial são requisitadas numa proporção menor. Dito isto, o presente estudo pode contribuir como; fonte de pesquisa para estudiosos e para a produção de novos estudos, tendo

em vista a disseminação do conhecimento sobre o tema e do debate científico.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Thalita Scárlatte de Noronha. Análise das demonstrações contábeis do setor público: um estudo de caso múltiplo realizado em dois municípios situados na região do Centro-Oeste mineiro. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco - FASF. 2019.

BERTONCINI, Cristine *et al*. Processo decisório: a tomada de decisão. FAEG. 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

BRASIL. Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 23 de março de 1964.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Instruções de Procedimentos Contábeis. IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais. Brasília: 2020. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:8728. Acesso em: 26 de março de 2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Instruções de Procedimentos Contábeis. IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário. Brasília: 2020. Disponível em:https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:8732. Acesso em: 27 de março de 2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Instruções de Procedimentos Contábeis. IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Brasília: 2020. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:8734. Acesso em: 26 de março de 2022.

BRASIL. STN (Secretaria do Tesouro Nacional). Manual de contabilidade aplicada ao setor público – MCASP. 9ª edição. 2021. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26. Acesso em: 29 de janeiro de 2022.

CARNEIRO, Monalisa da Silva; DOS SANTOS, Geovane Camilo. Análise de indicadores patrimoniais, financeiros e orçamentários da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba - período de 2011 a 2013. Revista Getec, v.3, n.6, p.22-42. 2014.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília: 2018. Disponível em:https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP11.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual. Brasília: 2016. Disponível

em:https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

COELHO, Daniela Miguel; QUINTANA, Alexandre Costa. Análise do desempenho econômico e financeiro de entidades da administração pública direta: o caso da Prefeitura Municipal do Rio Grande (RS). Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.1, maio/ago, 2008.

COSTA, Claudivan da Silva. Análise das demonstrações contábeis no setor público– avaliação de indicadores financeiros e de solvência. Contabilidade Pública-Unisul Virtual. 2018.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Brasília: 2019. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf. Acesso em: 03 de novembro de 2021.

DA SILVA, Rodrigo Aparecido Bezerra. Análise da Receita Pública no Balanço Orçamentário em um Município do Estado do Mato Grosso do Sul. Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD. 2011.

LIMA, Aline Ferreira Alves de ; LIMA, José Eduardo de Carvalho. Índices Econômico-Financeiros como Instrumentos para Análise das Demonstrações Financeiras na tomada de decisão gerencial. Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia, v. 1, n. 2, 2013.

DO CARMO, Milene Susana Rodrigues. Indicadores Econômico-Financeiros: O caso da indústria alimentar. Universidade de Coimbra. 2013.

FÉLIX, Leonardo Pedro. Evolução da contabilidade pública no Brasil. Centro Universitário de Brasília – UNICEUB. 2013.

FREITAS, Dhanny Fernanda Ferreira de. A origem da prática da Contabilidade Pública no Brasil. XVI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria (CICA). 2017.

JACINTHO, Vinícius; KROENKE, Adriana. Indicadores econômico-financeiros de empresas brasileiras: uma comparação entre setores. REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036, v. 13, n. 1, p. 90-113, 2021.

LOPES, Iana Pereira. Análise das demonstrações contábeis no processo de tomada de decisão no setor público: um estudo de contadores e gestores das Prefeituras Municipais da Mesorregião Oriental do Estado do Tocantins. 2021.

MONTEIRO, Otávio Henrique Cintra; LEITÃO, Carla Renata Silva. Percepção dos contadores do governo do Estado de Pernambuco sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). RAGC, v. 7, n. 28, 2019.

MORAES, Délcio Duque; MADEIRA, Geová José. A Contabilidade como sistema de apoio à decisão. Contabilidade Vista & Revista Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 93-104, dez. 2002.

MOREIRA, Rafael de Lacerda et al. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 10, n. 19, p. 119-140, jan/abr., 2013.

OLIVEIRA, Liliane Morais de; SILVA, Clara Monise; ARAÚJO, Salmo Batista. O papel da contabilidade aplicada ao setor público no processo de tomada de decisão: um estudo de caso no município de Santana do Seridó/RN. 2018.

PEREIRA, Graziela de Fátima; TEDDO, Luiz Flávio Porfírio. Demonstrações contábeis do setor público à luz das normas internacionais e suas perspectivas para o gestor público. Revista Mineira de Contabilidade, Belo Horizonte, Ano 14, nº 49, p.6-14, jan. 2013.

QUINTANA, Alexandre Costa; ROZA, Mariana Costa da; DAMEDA, André das Neves. Análise da relação entre os indicadores de gestão e os indicadores contábeis das Universidades Federais do Rio Grande do Sul. 2011.

ROBBINS, Stephens. Comportamento Organizacional. 6ª reimpressão. 2009.

SANTOS, Geovane Camilo; ANDRADE, Sandro Ângelo de. Análise por meio de Indicadores Patrimoniais, Financeiros e Orçamentários da Prefeitura de Patos de Minas. RAGC, v.1, n.2, p.22-36. 2013.

SANTOS, Cristina; BRISON, Itamara; DE MELLO, Natascha; KROM, Valdevino. O processo decisório e o papel do tomador de decisões. Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento IP&D. 2008.

SANTOS, Mauren Corrêa; CASTRO, Roberta Graziella Vivian. O papel da Contabilidade Aplicada ao Setor Público na tomada de decisões. XV Convenção de ;Contabilidade do Rio Grande do Sul. 2015.

SILVA, Geovana Maria Santos *et al*. Análise das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público: um estudo de caso realizado em uma prefeitura localizada na região Centro-Oeste em Minas Gerais. Revista Acadêmica Conecta FASF 4(1): 118-145. 2019.

TCE: Tribunal de Contas de Alagoas. CONSULTA PÚBLICA PRESTAÇÃO DE CONTAS. 2018. Disponível em: https://acompanhamento.tce.al.gov.br/. Acesso em 25 de setembro de 2022.

APÊNDICE A – Instrumento de Coleta dos dados

Percepção do profissional contábil

O questionário a seguir visa coletar dados acerca da utilização das Demonstrações Contábeis para auxílio da tomada de decisão dos gestores de Órgãos Públicos. O mesmo divide-se em dois blocos, o primeiro busca compreender o perfil dos respondentes da área contábil e o segundo procura entender como a utilização das DCASP influencia na tomada de decisão.

1. Perfil

1. 1.1 Idade *

Marcar apenas uma oval.

- 18 a 33 anos
- 34 a 49 anos
- 50 a 65 anos
- Acima de 65 anos

2. 1.2 Gênero *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder

3. 1.3 Experiência na área contábil governamental *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 5 anos
- Entre 6 e 15 anos
- Mais de 15 anos

4. 1.4 Qual seu vínculo trabalhista com o órgão? *

Marcar apenas uma oval.

- Efetivo
- Comissionado
- Contrato Temporário
- Terceirizado

5. 1.5 Qual seu cargo atual? *

Marcar apenas uma oval.

- Diretor
- Contador
- Assistente Contábil
- Auditor
- Analista
- Consultor
- Outro: _____

6. 1.6 Em qual esfera da Administração Pública você atua? *

Marcar apenas uma oval.

- Municipal
- Estadual
- Federal

2. A influência das DCASP na tomada de decisão

7. 2.1 Acompanha quais etapas das DCASP? *

Marque todas que se aplicam.

- Conferência das informações geradas pelo SIAFIC
- Elaboração
- Divulgação
- Gestão
- Auditoria
- Outro: _____

8. 2.2 Qual a importância* das seguintes Demonstrações Contábeis no auxílio do processo de tomada de decisão? *

* Considere: 1 - muito importante, 2 - importante, 3 - pouco importante

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3
Balanço Patrimonial	◯	◯	◯
Balanço Orçamentário	◯	◯	◯
Balanço Financeiro	◯	◯	◯
Demonstração das Variações Patrimoniais	◯	◯	◯
Demonstração dos Fluxos de Caixa	◯	◯	◯
Notas Explicativas	◯	◯	◯

9. 2.3 A respeito das Demonstrações Contábeis, opine: são instrumentos de análise efetiva que antecedem a tomada de decisão. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Neutro
- Concordo
- Concordo Totalmente

10. 2.4 Ao analisar as Demonstrações Contábeis, os indicadores orçamentários são considerados? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

11. 2.4.1 Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido "sim". Quais indicadores são considerados na análise?

Marque todas que se aplicam.

- Quociente de Execução da Receita
- Quociente de Equilíbrio Orçamentário
- Quociente de Execução da Despesa
- Quociente do Resultado Orçamentário
- Outro: _____

12. 2.5 Os indicadores financeiros são considerados? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

13. 2.5.1 Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido "sim". Indique quais indicadores são utilizados.

Marque todas que se aplicam.

- Quociente da Execução Orçamentária
- Quociente Financeiro Real da Execução
- Quociente da Execução Orçamentária Corrente
- Quociente da Execução Orçamentária de Capital
- Outro: _____

14. 2.6 Os indicadores do Balanço Patrimonial são considerados na análise das DCASP? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

15. 2.6.1 Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido "sim". Indique quais indicadores são utilizados.

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Quociente da Situação Financeira
- [ ] Quociente da Situação Permanente
- [ ] Quociente do Dispêndio da Dívida
- [ ] Quociente do Resultado Patrimonial
- [ ] Outro: _____

16. 2.7 Na sua concepção, qual a importância da utilização das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) na elaboração e análise das DCASP?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito Importante
- ◯ Importante
- ◯ Pouco Importante

17. 2.8 O item 15 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis afirma que "[...] as demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados [...]". Essa afirmação é totalmente satisfeita na prática.

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Discordo Totalmente
- ◯ Discordo
- ◯ Neutro
- ◯ Concordo
- ◯ Concordo Totalmente

18. 2.9 Já esclareceu dúvidas acerca das DCASP para algum gestor diante da tomada de decisão?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

19. 2.9.1 Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido "sim". Aponte em qual nível hierárquico.

Marque todas que se aplicam.

- [ ] A Nível Estratégico (longo prazo)
- [ ] A Nível Tático (médio prazo)
- [ ] A Nível Operacional (curto prazo)

20. 2.9.2 Ainda a respeito do esclarecimento de dúvidas do gestor. Cite em qual necessidade você o auxiliou.

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Relacionada a Recursos Humanos (contratação de estagiários, realização de concurso, entre outros)
- [ ] Relacionada ao Planejamento Financeiro
- [ ] Relacionada a Execução Orçamentária
- [ ] Relacionada a Investimentos (construção, compra de bens, entre outros)

21. 2.10 A respeito das Demonstrações Contábeis, opine: os tomadores de decisão costumam observá-las no dia a dia.

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Discordo Totalmente
- ◯ Discordo
- ◯ Neutro
- ◯ Concordo
- ◯ Concordo Totalmente

22. 2.11 Já esclareceu dúvidas acerca das DCASP para algum membro da comunidade?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

23. 2.12 Em relação a análise das DCASP, opine*: *

* Considere: 1 - Concordo Totalmente, 2 - Concordo, 3 - Neutro, 4 - Discordo, 5 - Discordo Totalmente

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Deixa abertura para interpretações distintas	◯	◯	◯	◯	◯
Apresenta total transparência das informações do ente	◯	◯	◯	◯	◯
Apenas o contador analisa os dados e entrega apenas as informações aos interessados	◯	◯	◯	◯	◯

24. 2.13 A respeito das Normas Aplicadas ao Setor Público, opine: a análise das DCASP traz uma atenção maior ao cumprimento das normas.

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Discordo Totalmente
- ◯ Discordo
- ◯ Neutro
- ◯ Concordo
- ◯ Concordo Totalmente

25. 2.14 A análise das DCASP contribui diretamente para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA)?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

26. 2.15 A NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis diz que as Demonstrações Contábeis trazem "informações úteis para prever o nível de recursos necessários para a continuidade de suas operações, os recursos que podem ser gerados pela continuidade dessas operações e os riscos e as incertezas associadas." Dentro da Administração Pública essa afirmação é completamente satisfeita.

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Discordo Totalmente
- ◯ Discordo
- ◯ Neutro
- ◯ Concordo
- ◯ Concordo Totalmente

27. 2.16 A respeito das Demonstrações Contábeis, opine: o nível de utilização das DCASP na tomada de decisão é frequente.

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Discordo Totalmente
- ◯ Discordo
- ◯ Neutro
- ◯ Concordo
- ◯ Concordo Totalmente

ANEXO I – Balanço Orçamentário

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

UG : 410512 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DE ALAGOAS

Acumulado até 14/2018

Emitido em: 26/03/19 15:22

Anexo XII, da Lei 4.320/64

R$ 1,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) =(c-b)
Receitas Correntes (I)	**109.875.461,35**	**109.875.461,35**	**99.409.203,72**	**-10.466.257,63**
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	1.161.173,49	1.161.173,49
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	90.762.908,47	90.762.908,47	94.307.139,00	3.544.230,53
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.989.288,97	6.989.288,97	1.582.845,52	-5.406.443,45
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.123.263,91	12.123.263,91	2.358.045,71	-9.765.218,20
Receitas de Capital (II)	**1.008,84**	**1.008,84**	**1.258,12**	**249,28**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.008,84	1.008,84	1.258,12	249,28
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	**109.876.470,19**	**109.876.470,19**	**99.410.461,84**	**-10.466.008,35**
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	**109.876.470,19**	**109.876.470,19**	**99.410.461,84**	**-10.466.008,35**
Déficit (VII)	0,00	0,00	439.404,37	439.404,37
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	**109.876.470,19**	**109.876.470,19**	**99.849.866,21**	**-10.026.603,98**

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

UG : 410512 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DE ALAGOAS

Acumulado até 14/2018

Emitido em: 26/03/19 15:22

Anexo XII, da Lei 4.320/64

R$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
Despesas Correntes (IX)	105.046.470,00	116.024.138,68	99.681.437,45	99.681.437,42	94.221.056,24	16.342.701,23
Pessoal e Encargos Sociais	38.748.123,00	38.748.123,00	38.106.953,55	38.106.953,55	33.722.531,04	641.169,45
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	66.298.347,00	77.276.015,68	61.574.483,90	61.574.483,87	60.498.525,20	15.701.531,78
Despesas de Capital (X)	4.830.000,00	4.830.000,00	168.428,76	168.428,76	166.337,50	4.661.571,24
Investimentos	4.830.000,00	4.830.000,00	168.428,76	168.428,76	166.337,50	4.661.571,24
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	**109.876.470,00**	**120.854.138,68**	**99.849.866,21**	**99.849.866,18**	**94.387.393,74**	**21.004.272,47**
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	**109.876.470,00**	**120.854.138,68**	**99.849.866,21**	**99.849.866,18**	**94.387.393,74**	**21.004.272,47**
Superávit (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	**109.876.470,00**	**120.854.138,68**	**99.849.866,21**	**99.849.866,18**	**94.387.393,74**	**21.004.272,47**
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)	**0,00**	**11.500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.500.000,00**
Superávit Financeiro	0,00	11.500.000,00	0,00	0,00	0,00	11.500.000,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tribunal de Contas de Alagoas (2018)

ANEXO II – BALANÇO FINANCEIRO

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

BALANÇO FINANCEIRO

UG : 030554 - FUNDO ESP. DO MINIST. PUBLICO DO EST. DE AL

Acumulado até 14/2018

Emitido em: 27/03/19 12:49

Anexo XIII, da Lei 4.320/64 — R$ 1,00

INGRESSOS		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária (I)	**522.155,81**	**1.739.767,85**
Ordinária	**522.155,81**	**1.739.767,85**
Vinculada	**0,00**	**0,00**
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00
FUNDEB	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	**0,00**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Recebimentos Extra-orçamentários (III)	**428.155,00**	**1.877.605,85**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	1.679.300,00
Inscrição em Restos a Pagar Processados	428.155,00	94.740,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	103.565,85
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	**1.951.387,83**	**1.190.802,98**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.951.387,83	1.190.802,98
Limite de Caixa	**0,00**	**0,00**
TOTAL INGRESSO (V) = (I+II+III+IV)	**2.901.698,64**	**4.808.176,68**

Emitido em: 27/03/19 12:49

Anexo XIII, da Lei 4.320/64 — R$ 1,00

DISPÊNDIOS		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Despesas Orçamentárias (VI)	**497.924,21**	**2.752.265,00**
Ordinária	**497.924,21**	**2.752.265,00**
Vinculada	**0,00**	**0,00**
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00
FUNDEB	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	**0,00**	**0,00**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	**1.774.040,00**	**104.523,85**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.679.300,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	94.740,00	958,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	103.565,85
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	**629.734,43**	**1.951.387,83**
Caixa e Equivalentes de Caixa	629.734,43	1.951.387,83
Limite de Caixa	**0,00**	**0,00**
TOTAL DISPÊNDIOS (X) = (VI+VII+VIII+IX)	**2.901.698,64**	**4.808.176,68**

Fonte: Tribunal de Contas de Alagoas (2018)

ANEXO III – BALANÇO PATRIMONIAL

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

BALANÇO PATRIMONIAL

UG : 010002 - TRIBUNAL DE CONTAS

Acumulado até 14/2018

Emitido em: 11/04/19 14:01

Anexo XIV, da Lei 4.320/64 — R$ 1,00

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.805.464,39	15.137.462,56
Créditos a Curto Prazo	24.834.880,25	24.877.680,25
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	1.254.277,72	1.230.464,87
V.P.D. Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Total do Ativo Circulante	**59.894.622,36**	**41.245.607,68**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo	2.235,26	2.235,26
Créditos a longo prazo	0,00	0,00
Investimentos Temporários a Longo Prazo	2.235,26	2.235,26
Estoques	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	12.763.924,66	12.361.929,46
Intangível	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	**12.766.159,92**	**12.364.164,72**
TOTAL DO ATIVO	**72.660.782,28**	**53.609.772,40**

Emitido em: 11/04/19 14:01

Anexo XIV, da Lei 4.320/64 — R$ 1,00

PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	9.012.185,28	3.472.658,54
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.700.259,00	531.286,77
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	23.325.995,60	23.269.893,49
Total Passivo Circulante	**34.038.439,88**	**27.273.838,80**
PASSIVO NAO CIRCULANTE		
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total Passivo Não Circulante	**0,00**	**0,00**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	26.335.933,60	28.135.008,14
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	12.286.408,80	-1.799.074,54
Resultado do Exercício	12.286.408,80	-1.799.074,54
Resultados de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Participação de Não Controladores	0,00	0,00
Total Patrimônio Líquido	**38.622.342,40**	**26.335.933,60**
TOTAL DO PASSIVO	**72.660.782,28**	**53.609.772,40**

Fonte: Tribunal de Contas de Alagoas (2018)

ANEXO IV – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
VARIAÇÃO PATRIMONIAL
UG : 530538 - DEPARTAM DE ESTRADAS DE RODAGEM DO EST DE AL
Acumulado até Dezembro/2018

Emitido em: 08/03/19 09:47

Anexo XV, da Lei 4.320/64 — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**49.425,94**	**0,00**
Impostos	0,00	0,00
Taxas	49.425,94	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	**0,00**	**0,00**
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**155.157,93**	**216.494,04**
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	155.157,93	216.494,04
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**77.140,34**	**212.672,21**
Juros e Encargos de Emp. e Fin. Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	77.140,34	212.672,21
Outras Variações Pat. Aumentativas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	**191.752.231,28**	**170.897.480,01**
Transferências Intra Governamentais	191.752.231,28	170.897.480,01
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	**0,00**	**7.237,48**
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,00	7.237,48
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	8.044.953,06	18.087.733,23
VPA a classificar	-3.533.788,63	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	11.578.742,59	18.087.733,23
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	**200.079.909,45**	**189.421.616,97**
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Pessoal e Encargos	15.401.201,42	14.952.146,44
Remuneração a Pessoal	13.455.821,14	13.047.361,08
Encargos Patronais	1.945.380,28	1.904.785,36
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.358,33	1.907,11
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00

Emitido em: 08/03/19 09:47

Anexo XV, da Lei 4.320/64 — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.358,33	1.907,11
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**12.462.635,32**	**7.535.099,49**
Uso de Material de Consumo	372.280,46	389.692,46
Serviços	11.941.468,52	6.857.670,35
Depreciação, Amortização e Exaustão	148.886,34	285.536,68
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**0,00**	**0,00**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	**6.989.832,14**	**32.023.111,17**
Transferências Intra Governamentais	203.319,36	32.023.111,17
Transferências Inter Governamentais	4.777.312,78	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	**0,00**	**0,00**
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	0,00	0,00
Perdas com alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	**84.414,41**	**152.873,93**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	461,54	80.248,20
Contribuições	83.952,87	72.625,73
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	**0,00**	**0,00**
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	16.326,30	13.779,83
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	16.326,30	13.779,83
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	**32.949.562,93**	**54.679.717,97**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	**167.130.326,53**	**126.741.899,00**

FONTE: Siafe-AL / SEFAZ-AL

Fonte: Tribunal de Contas de Alagoas (2018)

ANEXO V – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
UG : 410513 - FUNDO DE MODERNIZACAO E DESENV FAZENDARIO
Acumulado até Dezembro/2018

Emitido em: 05/04/19 09:05
Anexo XVIII, da Lei 4.320/64 — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	**21.132.136,80**	**6.983.855,01**
Receitas derivadas e originárias	123.339,78	248.242,07
Transferências correntes recebidas	20.925.210,87	4.398.635,92
Outros ingressos operacionais	83.585,85	2.337.037,02
Desembolsos	**3.893.858,28**	**14.135.980,56**
Pessoal e demais despesas	0,00	8.386.444,52
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	3.775.964,86	5.444.247,24
Outros desembolsos operacionais	117.103,42	2.305.289,30
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	**17.238.278,32**	**-7.152.015,55**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	**0,00**	**0,00**
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
Desembolsos	**19.085.353,12**	**12.060.597,46**
Aquisição de Ativo Não Circulante	19.085.353,12	5.343.309,34
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	271.363,61
Outros desembolsos de investimentos	0,00	6.445.923,31
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	**-19.085.353,12**	**-12.060.597,46**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	**14.126.289,11**	**0,00**
Operações de Crédito	14.126.289,11	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Transferências de capital recebidas	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamento	0,00	0,00
Desembolsos	**0,00**	**0,00**
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0	0
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	**14.126.289,11**	**0,00**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	**12.280.824,31**	**-19.212.613,01**
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	3.078.990,50	22.291.603,51
Caixa e Equivalente de caixa final	7.074.634,10	3.078.990,50

FONTE: Siafe-AL / SEFAZ-AL

Fonte: Tribunal de Contas de Alagoas (2018)